

Resenhas

A urgência da visibilidade: resenha do livro "Tráfico de Pessoas no Brasil - Invisibilidade, Monitoramento e Avaliação da Política Pública" de Anália Belisa Ribeiro Pinto

Edson André Pereira Hilário¹ 

¹Hospital Escola Instituto Raul Soares, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte ,
Belo Horizonte, MG, Brasil

Resenha do livro

PINTO, Anália Belisa Ribeiro. *Tráfico de Pessoas no Brasil: Invisibilidade, Monitoramento e Avaliação da Política Pública*. São Paulo: Editora Dialética, 2024. 198 p.

RESENHA

Há livros que não apenas denunciam o silêncio — eles expõem o vazio que o produz. *Tráfico de Pessoas no Brasil: Invisibilidade, Monitoramento e Avaliação da Política Pública*, publicado em 2024 pela Editora Dialética, não se encaixa na moldura dos diagnósticos tecnocráticos nem na das narrativas indignadas sem projeto. O que Anália Belisa Ribeiro Pinto faz ali é descer até o subterrâneo da política pública e ali procurar: o que foi omitido, o que nunca chegou a ser dito, o que se perdeu entre planos de ação mal costurados e pactos institucionais evanescentes. Não é um livro para quem busca conforto.

O ponto de partida é uma constatação quase óbvia — e justamente por isso negligenciada: o tráfico de pessoas permanece como uma das mais graves violações de direitos humanos no Brasil e, ainda assim, segue fora do campo de visibilidade pública e institucional. Mas Pinto não se contenta com a constatação: ela problematiza

o modo como essa invisibilidade é produzida, legitimada e mantida. Por trás da falta de dados, da fragilidade do monitoramento e da ausência de rotinas estáveis de avaliação, há uma lógica mais perversa: a desresponsabilização. Não se trata apenas de políticas ineficazes; trata-se de um Estado que, em certos momentos, parece se organizar para não saber.

A autora estrutura sua análise em cinco partes — e o número importa menos do que o percurso. Primeiro, os marcos legais e conceituais: Protocolo de Palermo, legislação brasileira, reconhecimento jurídico do problema. Tudo em ordem — formalmente. Mas já ali se instala a fenda: o que se diz não se faz, o que se promete não se executa. Na segunda parte, a cartografia institucional revela um país de capacidades desiguais e coordenação intermitente: descentralização sem governança, ações assimétricas, instâncias que não se falam. Em vez de um arranjo integrado, emerge um mosaico de responsabilidades pulverizadas.

O terceiro bloco é o mais técnico e, por isso mesmo, decisivo. Ao examinar os sistemas de monitoramento e avaliação — ou a precariedade com que funcionam —, Pinto sustenta que parte da invisibilidade é produzida por desenho institucional: bancos de dados inconsistentes, fluxos opacos de informação, descontinuidade na coleta e no uso de indicadores. Aqui, o livro se mostra particularmente útil por explicitar, de forma direta, sua aposta metodológica e seu recorte: trata-se de uma análise que privilegia evidências institucionais, leitura documental e exame de arranjos administrativos e informacionais, buscando compreender por que o enfrentamento permanece incapaz de gerar conhecimento confiável e comparável sobre o próprio fenômeno. A autora propõe, então, um modelo alternativo: integrado, interdisciplinar, orientado à decisão e à responsabilização. A proposta não aparece como “fórmula pronta”, mas como exigência política: se a política pública não se deixa avaliar, ela se protege — e deixa as vítimas expostas.

Na quarta parte, o foco se desloca para a justiça, e a linguagem ganha densidade. Fala-se de revitalização institucional, de sextorsão, de crianças migrantes ignoradas por

rotinas que deveriam acolher — tudo tratado não como exceção, mas como sintoma. Aqui, a interseccionalidade — tantas vezes invocada apenas para cumprir protocolo — aparece como chave interpretativa efetiva: a autora interpreta gênero, raça, classe e condição migratória não como etiquetas, mas como camadas estruturantes da exploração e da seletividade da proteção. A injustiça, afinal, raramente é plana; ela se acumula.

O último capítulo, talvez o mais “esperançoso” (no sentido de propositivo), apresenta as recomendações. Mas o que se propõe não é um plano perfeito: é um horizonte ético-político de ação — avaliação orientada por valores públicos, governança ancorada na dignidade, articulação entre técnica, coordenação e escuta. Pinto insiste: sem responsabilização compartilhada, não há política pública; há simulacro.

Há, ao longo do livro, uma crítica implícita à tecnocracia despolitizada — essa que transforma sofrimento humano em indicador mal formulado. Mas há também uma recusa ao ceticismo paralisante. O livro não é um libelo desesperado, mas uma exigência de coragem. Ao mostrar como o Estado brasileiro, entre 2016 e 2022, desmontou políticas de proteção sob o vocabulário da austeridade, a autora sugere algo mais duro: em contextos de retração estatal e rebaixamento de políticas sociais, a omissão pode deixar de ser falha e passar a operar como escolha.

O texto é límpido, mas nunca raso. Elegante, sem disfarçar o incômodo. Não há grandes estudos de caso no formato clássico, mas os exemplos pontuais bastam. E onde outros repetiriam slogans sobre transversalidade, Pinto prefere escavar problemas concretos de governança e informação: quem registra, como registra, com que categorias, com que integração e com que consequência. Raça, gênero e classe não aparecem como marcadores identitários isolados, mas como forças estruturantes da exploração e da revitimização institucional.

Se há um ponto que poderia ser mais desenvolvido, é o diálogo internacional — não como ornamento, mas como contraste analítico. O livro menciona marcos e compromissos internacionais, mas poderia avançar em comparações sistemáticas com experiências de outros países e com referenciais internacionais de monitoramento

e avaliação (padrões de integração de bases, protocolos interagências, tipificações e práticas de transparência pública). O efeito dessa lacuna é claro: a obra permanece especialmente robusta para compreender e aprimorar o caso brasileiro, mas oferece menos material para quem busca situar o país, de maneira comparada, em modelos internacionais de governança anti-tráfico.

No conjunto, a obra não encerra o assunto: ela o reinaugura, ao deslocar o debate do simples reconhecimento do crime para a construção de capacidade estatal de conhecer, coordenar e proteger. Ler este livro é aceitar que parte do enfrentamento ao tráfico de pessoas começa antes da política: começa no reconhecimento efetivo da humanidade de quem o Estado e a sociedade tendem a apagar — e na disposição de desenhar instituições que não se beneficiem do escuro.

Conclusão. A contribuição do livro é clara para as áreas de políticas públicas, direitos humanos e estudos sobre tráfico: ao focalizar monitoramento, avaliação e gestão da informação, a autora mostra como a invisibilidade é produzida por arranjos institucionais frágeis e por baixa coordenação, e propõe caminhos factíveis para qualificar decisões públicas e fortalecer proteção integral. O público-alvo inclui pesquisadoras(es) e estudantes de Relações Internacionais e políticas públicas, profissionais do sistema de justiça, gestores públicos e integrantes de redes de proteção e atendimento. Sua aplicação mais imediata está em subsidiar o desenho e o aprimoramento de sistemas de informação, acordos de cooperação, rotinas avaliativas e práticas intersetoriais capazes de ampliar transparência, responsabilização e efetividade.

REFERÊNCIAS

PINTO, Anália Belisa Ribeiro. **Tráfico de Pessoas no Brasil: Invisibilidade, Monitoramento e Avaliação da Política Pública**. São Paulo: Editora Dialética, 2024. 198 p.

Autoria

1 Edson André Pereira Hilário

Mestre em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência pela Universidade Federal de Minas Gerais; Enfermeiro

<https://orcid.org/0009-0009-1055-4721> • eaphilario@gmail.com

Como citar este artigo

HILÁRIO, E. A. P. A urgência da visibilidade: resenha do livro *“Tráfico de Pessoas no Brasil - Invisibilidade, Monitoramento e Avaliação da Política Pública”* de Anália Belisa Ribeiro Pinto. **InterAção**, Santa Maria, v. 17, n. 1, e92401, p. 1-6, mar. 2026. DOI 10.5902/1980509892401. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.5902/2357797592401>. Acesso em: dia mês abreviado. ano.